

10. REGULAMENTO PRÉMIO iTBRAGA "INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E TERRITÓRIO:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Regulamento do programa de apoio à investigação, à inovação, à territorialização do conhecimento e ao desenvolvimento urbano designado por **Prémio iTBraga "Investigação, Inovação e Território"** com a dotação máxima para os apoios a atribuir às 10 (dez) candidaturas de € 150.000 (cento e cinquenta mil euros), proposta que se anexo.



Pelouros da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

A ns de E m
210629

Assunto: Regulamento *PRÉMIO iTBraga* «INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E TERRITÓRIO»

I. Exposição e Motivos

1. O Laboratório de Inovação Urbana foi constituído como um laboratório de experimentação e aprendizagem, particularmente dedicado à territorialização em ambiente urbano da investigação e do conhecimento produzido nas Universidades, nos Politécnicos, nos Centros de Investigação e de Transferência do Saber e nas Empresas.
2. Esta entidade propõe-se consubstanciar uma estrutura efetiva, dinâmica e criativa, com o desígnio da inovação urbana em todos os domínios de intervenção do Município, contribuindo ainda para elevar a qualidade de vida urbana e, consequentemente, o bem-estar dos cidadãos.
3. O Laboratório de Inovação Urbana tem vindo a funcionar ainda como plataforma agregadora de várias outras entidades, as quais, por intermédio da partilha do respetivo espaço, do acompanhamento e do suporte técnico e científico, contribuem para a sua missão.
4. Nos termos da sua constituição, apresenta como objetivos estratégicos de interesse municipal:
 - a) Proceder ao levantamento das necessidades do Município de Braga e das potencialidades das Universidades, dos Politécnicos, dos Centros de Investigação e de Transferência do Saber e das Empresas no âmbito da inovação urbana;

II. Enquadramento Jurídico e Financeiro da Pretensão

- 8.** O Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas até à aprovação da Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, estabelece no respetivo artigo 23.º, n.ºs 1 e 2, que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das suas populações, dispondo os municípios de atribuições, concretamente, nos domínios do equipamento, dos transportes e comunicações, do património, do ambiente, da promoção do desenvolvimento, do ordenamento do território e do urbanismo – *cfr.* alíneas a), c), e), k), m) e n) do n.º 2 do supra referido artigo 23.º.
- 9.** Nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alíneas k), u) e ff), do RJAL, compete à câmara municipal elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, assim como promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal.
- 10.** A despesa prevista foi calculada num montante total máximo de €150.000 (cento e cinquenta euros), por referência a um apoio de €15.000 (quinze mil) por projeto, num total de 10 (dez) projetos, valor considerado adequado face à complexidade e grau de conhecimentos académicos exigidos, bem como por referência a projetos similares conduzidos regionalmente e pelo próprio município de Braga.

III. Proposta

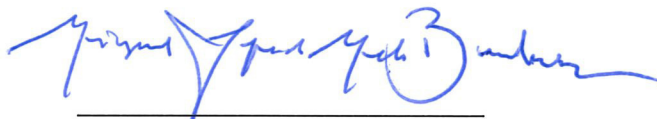
Nestes termos, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Braga delibere, ao abrigo do disposto no n.º 1 e nas alíneas a), c), e), k), m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º; da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º e das alíneas k), u) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- a) A aprovação do programa de apoio à investigação, à inovação, à territorialização do conhecimento e ao desenvolvimento urbano designado por Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território, com a dotação máxima para os apoios a atribuir às 10 (dez) candidaturas de €150.000 (cento e cinquenta mil euros);
- b) A aprovação do projeto de Regulamento em anexo, a submeter a aprovação da Assembleia Municipal.

À consideração superior o envio a reunião de executivo e à Assembleia Municipal,

Braga, 28 de abril de 2021

O Vereador do Planeamento, do Património e da Regeneração Urbana
e de Relação com as Universidades



(Miguel Sopas de Melo Bandeira)



Laboratório de
Inovação Urbana
de Braga

PELOURO DE RELAÇÃO COM AS UNIVERSIDADES – LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO URBANA

[PROJETO DE] REGULAMENTO

PRÉMIO ITBRAGA «INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E TERRITÓRIO»

O Laboratório de Inovação Urbana foi constituído como um laboratório de experimentação e aprendizagem, particularmente dedicado à territorialização em ambiente urbano da investigação e do conhecimento produzido nas Universidades, nos Politécnicos, nos Centros de Investigação e de Transferência do Saber e nas Empresas.

Esta entidade propõe-se consubstanciar uma estrutura efetiva, dinâmica e criativa, com o desígnio da inovação urbana em todos os domínios de intervenção do Município, contribuindo ainda para elevar a qualidade de vida urbana e, consequentemente, o bem-estar dos cidadãos.

O Laboratório de Inovação Urbana funciona ainda como plataforma agregadora de várias outras entidades, as quais, por intermédio da partilha do respetivo espaço, do acompanhamento e do suporte técnico e científico, contribuem para a sua missão.

Nos termos da sua constituição, apresenta como objetivos estratégicos:

- a) Proceder ao levantamento das necessidades do Município de Braga e das potencialidades das Universidades, dos Politécnicos, dos Centros de Investigação e de Transferência do Saber e das Empresas no âmbito da inovação urbana;
- b) Estimular a cooperação entre pessoas, singulares e coletivas, tendo como objetivo a concretização de fins referentes à inovação urbana;

- c) Promover a investigação em inovação urbana, valorizando o potencial das novas tecnologias, dos novos materiais e dos novos sistemas de informação, para o desenvolvimento de soluções face aos desafios com que a sociedade atual se confronta;
- d) Impulsionar a valorização das atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico, por meio da criação de produtos e sistemas de inovação urbana, gerando, simultaneamente, novas oportunidades para o tecido empresarial, mediante a conceção de novos produtos e sistemas e de aplicações inovadoras para produtos já existentes;
- e) Proporcionar atividades de formação no quadro da inovação urbana, vocacionadas para a satisfação das necessidades dos cidadãos, dos técnicos do Município, dos estudantes, dos docentes, dos investigadores e das empresas;
- f) Divulgar os novos produtos e sistemas desenvolvidos pelas Universidades, pelos Politécnicos, pelos Centros de Investigação e de Transferência do Saber e pelas Empresas;
- g) Apoiar e incentivar iniciativas e eventos de interesse local, regional e nacional, potenciadores da inovação urbana e do desenvolvimento social e urbano.

No presente contexto, o Laboratório de Inovação Urbana pretende lançar o Prémio iTBraga «*Investigação, Inovação e Território*», que tem como fim a promoção do desenvolvimento de investigação, designadamente no setor da investigação aplicada, bem como a transferência do conhecimento produzido e da inovação para o território de Braga, possuindo como centro de acolhimento o Laboratório de Inovação Urbana – Castelo de Inovação.

Este prémio tem também como intento estudar, avaliar e implementar soluções, processos, serviços e sistemas inovadores, necessários ao desenvolvimento inteligente, inclusivo e sustentável do Município.

O Prémio iTBraga «*Investigação, Inovação e Território*» materializa-se assim na atribuição de apoios por parte do Município de Braga, no sentido do estímulo da investigação, da inovação, da territorialização do conhecimento produzido e do desenvolvimento urbano sustentável.

O Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas até à aprovação da Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro, estabelece no respetivo artigo 23.º, n.ºs 1 e 2, que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das suas populações, dispondo os municípios de atribuições, concretamente, nos domínios do equipamento, dos transportes e comunicações, do património, do ambiente, da promoção do desenvolvimento, do ordenamento do território e do urbanismo.

Nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alíneas k), u) e ff), do RJAL, compete à câmara municipal elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, assim como promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal.

As vantagens da presente proposta são assim mais de ordem imaterial e não diretamente de natureza material, embora possam consubstanciar um aumento da receita financeira municipal a médio prazo resultante de um aumento de empresas associadas à inovação urbana em Braga, de um aumento de procura de investigadores e empresários nestas matérias, e constituir eventual suporte municipal a candidaturas a financiamento.

A Câmara Municipal de Braga deliberou, em sua reunião de 17 de janeiro de 2020, dar início ao procedimento tendente à aprovação de um regulamento municipal com vista à criação dum Regulamento do Prémio ITBraga “ Investigação Inovação e Território, com vista a estatuir um prémio e a disciplinar as condições da sua atribuição , nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).

No decurso do prazo estabelecido para o efeito nenhum interessado se apresentou no processo nem foram apresentados contributos para a elaboração do Regulamento, tendo, assim, sido dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o artigo 101.º do CPA, uma vez que se entendeu que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tinha enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele artigo 101.º

Nestes termos, a Câmara Municipal de Braga delibera aprovar o programa de apoio à investigação, à inovação, à territorialização do conhecimento e ao desenvolvimento urbano designado por Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território», o qual será regulado pelo subsequente Regulamento, aprovado pela Assembleia Municipal em [...]:

Cláusula Primeira

Objeto e Finalidade

O presente Regulamento estabelece os termos e as condições de atribuição de apoio ao nível de acompanhamento, teste e validação da investigação em ambiente urbano no âmbito do Laboratório de Inovação Urbana de Braga – Castelo de Inovação, bem como de apoio financeiro, com o propósito da promoção da investigação, da inovação, da territorialização do conhecimento e do desenvolvimento urbano – Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território».

Cláusula Segunda

Apoio

1. O Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» tem como finalidade a atribuição de um apoio de natureza financeira a 10 (dez) projetos de investigação, cada um no montante de € 15.000,00 (quinze mil euros), nos seguintes domínios:

- a) Arquitetura;
- b) Comunicação;
- c) Engenharia Civil;
- d) Mobilidade e Trânsito;
- e) Participação Cívica e Governança;
- f) Património;
- g) Planeamento e Ordenamento do Território;
- h) Plataformas Digitais e Serviços de Informação Urbana;
- i) Regeneração Urbana;
- j) Sociologia Urbana;
- k) Sustentabilidade e Qualidade Ambiental do Ambiente Construído;
- l) Urbanismo.

2. Os projetos de investigação selecionados e premiados têm, obrigatoriamente, de realizar um período de incubação do projeto no Laboratório de Inovação Urbana de Braga – Castelo

de Inovação, com a duração de 12 (doze) meses, para a respetiva adaptação, teste, avaliação e aplicação ao território da proposta selecionada.

3. O valor do apoio financeiro é distribuído em três fases:

- a) Na primeira fase, 35% (trinta por cento) do valor do apoio, isto é, € 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta euros), pagos no momento da aprovação e seleção do projeto de investigação;
- b) Na segunda fase, 35% (trinta e cinco por cento) do valor do apoio, ou seja, €5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta euros), pagos no momento da entrega e apresentação, no final do primeiro semestre, de um relatório intercalar, com a devida adaptação e territorialização do projeto e aprovação do Comité Científico;
- c) Na terceira fase, 30% (trinta por cento) do valor do apoio, ou seja, € 4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros), pagos no momento da entrega e apresentação, no fim dos 12 (doze) meses, do relatório final, com a devida adaptação e territorialização do projeto e aprovação do Comité Científico.

4. No caso de apresentação de candidaturas ao Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» constituídas por mais do que um indivíduo, deve ser indicada a distribuição da quantia do apoio financeiro pelas partes.

Cláusula Terceira

Destinatários

1. Podem candidatar-se ao Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território», pessoas singulares, estudantes e investigadores, que sejam titulares de uma licenciatura, sendo aceites candidaturas compostas por mais do que um indivíduo.
2. As candidaturas têm de ser acompanhadas da identificação do orientador/responsável científico do projeto de investigação, a quem é exigido o grau de doutor.
3. Não é permitida a participação do mesmo indivíduo em mais do que uma candidatura.
4. É admitido que o mesmo orientador científico seja responsável por mais do que uma candidatura.

Cláusula Quarta

Júri

1. O júri do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» é designado pela Câmara Municipal de Braga e é composto por sete pessoas, sendo quatro representantes da Câmara Municipal e três individualidades de reconhecido mérito nos domínios enunciados no n.º 1, da Cláusula Segunda.

2. O júri é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, podendo a competência ser delegada no Vereador com a área de responsabilidade da Relação com as Universidades.
3. O júri inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente à afixação do aviso de abertura do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» no Balcão Único do Município de Braga e à publicação do aviso no sítio institucional do Município.
4. As deliberações do júri, que têm de ser sempre fundamentadas e lavradas em ata, são tomadas por maioria de votos, não sendo permitida a abstenção.
5. O júri pode designar um secretário.
6. Os membros do júri estão sujeitos ao regime de impedimentos estatuídos no Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula Quinta

Comité Técnico Científico de Acompanhamento

1. Com o lançamento do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território», é designado, pela Câmara Municipal de Braga, um Comité Técnico Científico de Acompanhamento dos projetos de investigação, constituído por técnicos municipais, professores universitários, especialistas e individualidades de reconhecido mérito nos domínios expostos no n.º 1, da Cláusula Segunda.
2. O Comité Técnico Científico de Acompanhamento é presidido pelo Vereador com a área de responsabilidade da Relação com as Universidades.
3. O Comité Técnico Científico de Acompanhamento reúne, no mínimo, uma vez por mês, para efeitos do acompanhamento e discussão da evolução dos projetos de investigação.
4. Os orientadores/responsáveis científicos dos projetos de investigação também integram o Comité Técnico Científico de Acompanhamento.

Cláusula Sexta

Abertura do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território»

1. O Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» é lançado por intermédio de um aviso de abertura, do qual constam as informações seguintes:
 - a) Objeto do Prémio;
 - b) Os domínios sobre os quais terão de incidir os projetos de investigação, nos termos do n.º 1, da Cláusula Segunda, e o número de projetos selecionáveis por domínio;
 - c) Prazo para a apresentação das candidaturas;
 - d) Forma como terão de ser apresentadas as candidaturas, assim como elementos/documentos que terão de instruir as candidaturas;
 - e) Constituição do júri;
 - f) Composição do Comité Técnico Científico de Acompanhamento;

- g) Métodos e critérios de ponderação e seleção.
2. O aviso de abertura é objeto de publicação no Balcão Único do Município de Braga por meio de edital, no sítio institucional do Município e nos meios de comunicação considerados adequados.

Cláusula Sétima

Apresentação das Candidaturas

1. As candidaturas têm de incluir os subseqüentes elementos/documentos:
- a) *Curriculum Vitae* atualizado, detalhado, datado e assinado, com a identificação completa do candidato, contactos, habilitações académicas, situação profissional, formação profissional detida e notas curriculares;
 - b) Exposição da ideia e objetivos do projeto de investigação e de territorialização em ambiente urbano;
 - c) Relatório sobre os resultados pretendidos com o projeto de investigação (referenciação de indicadores);
 - d) O relatório mencionado na alínea anterior tem de assumir o modelo de Plano de Trabalhos e contém as informações seguintes:
 - i) Título;
 - ii) Palavras-chave;
 - iii) Resumo - máximo de 600 (seiscentas) palavras;
 - iv) Estado da Arte - máximo de 1000 (mil) palavras;
 - v) Objetivos e descrição (máximo de 1500 (mil e quinhentas) palavras.
 - e) Carta de motivação;
 - f) Duas cartas de recomendação distintas assinadas pelos respetivos autores que atestem a adequabilidade do perfil do candidato aos objetivos enquadrados com o Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» e que aluda ao contexto da relação dos autores das cartas com o candidato e o seu trabalho;
 - g) Declaração, sob compromisso de honra, de que o apoio inerente ao Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» se destina exclusivamente ao desenvolvimento do projeto de investigação selecionado;
 - h) Declaração, sob compromisso de honra, de que se encontram salvaguardados os direitos de autor e direitos conexos;
 - i) Declaração de compromisso do orientador/responsável científico do projeto de investigação, que assegura, designadamente, a participação nas reuniões do Comité Técnico Científico de Acompanhamento.
2. Serão excluídas as candidaturas apresentadas fora do prazo fixado no aviso de abertura do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território».

3. O júri reserva-se o direito de solicitar esclarecimentos e/ou a apresentação sumária dos projetos de investigação que entenda necessários no sentido da respetiva análise.

Cláusula Oitava

Requisitos das Candidaturas

Apenas são admitidas ao Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» as candidaturas:

- a) Cujos projetos de investigação se enquadrem numa das modalidades/domínios objeto do Prémio, de acordo com o aviso de abertura e o n.º 1 da Cláusula Segunda;
- b) Cujos trabalhos dos projetos de investigação e de territorialização tenham como incidência o município de Braga, durante um período de 12 (doze) meses;
- c) Cujos candidatos observem os pressupostos preceituados na Cláusula Terceira;
- d) Que sejam apresentadas dentro do prazo indicado no aviso de abertura;
- e) Que incluam os elementos/documentos previstos na Cláusula Sétima;
- f) Cujos projetos de investigação não beneficiem de outros apoios para o seu desenvolvimento.

Cláusula Nona

Retificação e Exclusão das Candidaturas

1. No caso de as candidaturas se encontrarem incorretamente instruídas, o júri notificará os candidatos para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, procederem às devidas retificações, apresentando os elementos/documentos em falta ou prestando os esclarecimentos necessários.

2. Se não for dado cumprimento ao teor da notificação no prazo fixado em conformidade com o número anterior, as candidaturas serão excluídas.

Cláusula Décima

Divulgação das Candidaturas

A lista definitiva das candidaturas é notificada a todos os candidatos e divulgada no Balcão Único do Município de Braga mediante edital, bem como no sítio institucional do Município.

Cláusula Décima Primeira

Análise das Candidaturas e Relatório Final

1. As candidaturas para a atribuição do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» são apreciadas pelo júri, com base nos elementos apresentados pelos candidatos, e conforme os critérios subsequentes e respetivas ponderações:

- a) Inovação e potenciação de novas abordagens ao território – 35% (trinta e cinco por cento);
- b) Capacidade de implementação por parte do candidato e adequação curricular à candidatura apresentada – 35% (trinta e cinco por cento);
- c) Clareza, lógica e sistematização da apresentação da candidatura – 15% (quinze por cento);
- d) Razoabilidade e viabilidade de execução do ponto de vista legal e financeiro – 15% (quinze por cento).

2. Relativamente a cada critério disposto no número anterior, cada membro do júri atribui uma pontuação de 0 a 5, e a pontuação final (PF) é o resultado da aplicação da seguinte fórmula: $PF = (ax0,35)+(bx0,35)+(cx0,15)+(dx0,15)$; os valores 'a', 'b', 'c' e 'd' correspondem ao resultado da soma das pontuações atribuídas por cada membro do júri para cada critério.

3. Concluída a análise referida nos números anteriores, o júri elabora o relatório final com a identificação das candidaturas, ordenadas de modo decrescente a partir da mais pontuada, respetivas pontuações finais e fundamentação.

4. O relatório final é notificado a todos os interessados para que se pronunciem em sede de audiência prévia, de harmonia com os artigos 121.º e 122.º, do Código do Procedimento Administrativo.

5. Os candidatos selecionados para a atribuição do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» são notificados para apresentarem, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os documentos subsequentes:

- a) Cartão de Cidadão;
- b) Comprovativo do NIB/IBAN;
- c) Declaração da situação regularizada perante a Autoridade Tributária;
- d) Declaração da situação regularizada perante a Segurança Social.

6. A não apresentação dos documentos mencionados no prazo indicado segundo o número anterior, determina a atribuição do apoio ao candidato classificado no lugar seguinte, o qual será notificado para apresentar os documentos nos mesmos termos.

Cláusula Décima Segunda

Proposta de Atribuição dos Apoios

Decorrido o prazo da audiência prévia e recebidos os documentos enunciados nos termos dos n.ºs 4 e 5 da Cláusula anterior, o júri elabora uma proposta fundamentada a submeter a deliberação da Câmara Municipal de Braga, com a identificação das candidaturas selecionadas, relativamente a cada uma das modalidades/domínios de acordo com o aviso de abertura e o n.º 1 da Cláusula Segunda.

Cláusula Décima Terceira

Deliberação de Atribuição dos Apoios

1. Compete à Câmara Municipal de Braga deliberar sobre a atribuição do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» às candidaturas selecionadas, em conformidade com a proposta submetida pelo júri exposta na Cláusula anterior.
2. A Câmara Municipal de Braga reserva-se o direito de não atribuição da totalidade dos apoios estabelecidos para as várias modalidades/domínios, no caso de não se verificar a existência de candidaturas suficientemente meritórias que fundem a sua atribuição.
3. A deliberação da Câmara Municipal de Braga de atribuição do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» é notificada a todos os candidatos, com a listagem das candidaturas selecionadas.
4. Caso não existam candidaturas suficientes para determinada modalidade/domínio, a Câmara Municipal pode atribuir os apoios previstos a candidatura ou candidaturas de outras modalidades/domínios.
5. Caso as candidaturas apresentadas não esgotem a dotação prevista para o Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território», a verba não atribuída será considerada como não executada, não ocorrendo rateio pelas candidaturas aceites.

Cláusula Décima Quarta

Protocolos de Atribuição dos Apoios

1. A atribuição do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» é formalizada através da celebração de protocolos de atribuição dos apoios, em que constam as obrigações dos beneficiários dos apoios, nomeadamente:
 - a) A obrigação de afetar exclusivamente o apoio atribuído pela Câmara Municipal de Braga ao desenvolvimento do projeto de investigação;
 - b) A obrigação de publicitar o apoio atribuído pela Câmara Municipal de Braga por intermédio da menção expressa “Com o apoio da Câmara Municipal de Braga”, e pela inserção do logótipo da Câmara Municipal em todos os suportes e meios utilizados para a promoção e divulgação do projeto de investigação.
2. Os direitos de autor relativamente aos projetos de investigação apoiados não são transmitidos para a Câmara Municipal de Braga, detendo, no entanto, a Câmara Municipal o direito de executar e implementar o projeto no território, e não conferindo essa execução e implementação nenhum direito de indemnização ou retenção ao autor do projeto, seja a que título for.

Cláusula Décima Quinta

Espaços e Serviços do Laboratório de Inovação Urbana de Braga – Castelo de Inovação

1. O Laboratório de Inovação Urbana de Braga – Castelo de Inovação, para a realização do período de incubação dos projetos de investigação seleccionados e premiados, disponibiliza os seguintes espaços:
 - a) Espaços comuns: receção partilhada dos Laboratórios de Inovação Urbana, zonas de circulação comuns, instalações sanitárias;
 - b) Espaço de *coworking*, equipado com mobiliário de base;
 - c) Salas de reunião e sala de formação, disponíveis por meio de prévio agendamento e aprovação.
2. O Laboratório de Inovação Urbana – Castelo de Inovação disponibiliza os serviços:
 - a) Uso e fruição dos espaços e salas comuns, utilização da rede de internet com ligação *wi-fi*; uso do endereço do Laboratório para contacto; limpeza e segurança dos espaços comuns; serviço de receção;
 - b) Apoio, acompanhamento e aconselhamento por parte do Comité Técnico Científico de Acompanhamento e dos técnicos municipais.
3. Os beneficiários do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» responsabilizam-se pela manutenção dos espaços e salas disponibilizadas, dos equipamentos e do mobiliário em bom estado de utilização.

Cláusula Décima Sexta

Incumprimento e Rescisão

1. O incumprimento, pelos beneficiários do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território», dos termos e condições formalizadas nos Protocolos de atribuição dos apoios, conforme a Cláusula Décima Quarta, e/ou do clausulado no presente Regulamento, constitui motivo para a rescisão imediata dos referidos Protocolos pela Câmara Municipal de Braga.
2. O incumprimento pelos beneficiários do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território» e a rescisão dos Protocolos de atribuição dos apoios pela Câmara Municipal de Braga de harmonia com o número anterior, obrigam à restituição pelos beneficiários dos valores inerentes ao Prémio que, à data da rescisão, já hajam sido pagos pela Câmara Municipal.

Cláusula Décima Sétima

Casos Omissos

Os casos omissos no presente Regulamento são decididos pelo júri.

Cláusula Décima Oitava

Relatório de Avaliação

No final de cada edição do Prémio iTBraga «Investigação, Inovação e Território», é elaborado um relatório de avaliação em que é apreciado o nível de cumprimento dos objetivos pretendidos com o lançamento do Prémio.